

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES**

Divisão de Concepção

Ofício Circulado n.º: 20144 de 26-01-10

Processo: 7401/09

Entrada Geral:

N.º Identificação Fiscal (NIF):

Sua Ref.ª:

Técnico:

Cód. Assunto:

Origem:

Exmos. Senhores  
Subdirectores-Gerais  
Directores de Serviços  
Directores de Finanças  
Chefes de Finanças

**Assunto: DECLARAÇÃO MODELO 3 DE IRS EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2010**

Através da Portaria n.º 1404/2009, de 10 de Dezembro, foram aprovados os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do art. 57.º do Código do IRS, que constituem a declaração modelo 3 de IRS e respectivos anexos, bem como as novas instruções de preenchimento que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.

Com o objectivo de uniformizar a informação a prestar aos contribuintes dão-se a conhecer as principais alterações operadas nos referidos modelos de impressos e respectivas instruções.

## **A – DECLARAÇÃO MODELO 3 DE IRS**

### **1. FOLHA DE ROSTO**

No acto da entrega da declaração é obrigatória a apresentação:

Do cartão de cidadão ou do cartão de contribuinte para os sujeitos passivos (quadro 3A), para os ascendentes (quadro 7B) e para os dependentes que sejam titulares de rendimentos ou benefícios fiscais (quadros 3B e 3C);

Do cartão de cidadão, do bilhete de identidade ou da cédula pessoal para os dependentes que não foram identificados nos quadros 3B ou 3C.

### **Quadro 5B – Não residentes**

Com o aditamento do artigo 17.º-A ao Código do IRS, pelo artigo 67.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009), foi introduzido um novo regime especial de tributação aplicável aos sujeitos passivos residentes noutro Estado membro da UE ou do EEE com o qual exista intercâmbio de informações em matéria fiscal, o que determinou a necessidade de alterar o Quadro 5.

Assim, os sujeitos passivos residentes noutro Estado membro da UE ou do EEE com o qual exista intercâmbio de informações em matéria fiscal, podem optar pela tributação segundo o regime geral aplicável aos não residentes, consubstanciado nos artigos 71.º e 72.º n.ºs 1 e 2 do Código do IRS, assinalando o campo 6 ou por um dos regimes especiais consagrados nos artigos 72.º, n.º 8 e 9 e 17.º-A, assinalando o campo 7.

Os regimes especiais são:

a) Regime previsto no artigo 72.º, n.ºs 8 e 9 do CIRS

Esta opção é aplicável aos sujeitos passivos que sejam titulares de rendimentos que não foram sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias, com excepção das mais-valias de valores mobiliários.

A tributação é feita de acordo com as taxas aplicáveis aos sujeitos passivos residentes, previstas no artigo 68.º, tendo em consideração para efeitos de determinação da mesma, todos os rendimentos, incluindo os obtidos fora de Portugal.

Deve ser assinalado o campo 8 e indicado no campo 12 o total dos rendimentos obtidos no estrangeiro e no campo 13 o código do país da residência fiscal.

b) Regime previsto no artigo 17.º-A do CIRS

Esta opção é aplicável aos sujeitos passivos que sejam titulares de rendimentos das categorias A, B e H, obtidos em território português, que representem, pelo menos 90% da totalidade dos seus rendimentos relativos ao ano em causa, incluindo os obtidos fora deste território.

A tributação é feita segundo as regras aplicáveis aos sujeitos passivos não casados residentes em território português.

Deverão ser assinalados os campos 9 e 10 e indicado no campo 12, o total dos rendimentos obtidos no estrangeiro e no campo 13, o código do país da residência fiscal.

Os sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens ou que se encontrem em situação idêntica à prevista no artigo 14.º (união de facto), podem optar pelo regime de tributação conjunta dos rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar, aplicável aos sujeitos passivos residentes em território português casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, desde que:

- Ambos os sujeitos passivos sejam residentes noutro Estado membro da UE ou do EEE;
- Os rendimentos das categorias A, B e H obtidos em território português pelos membros do agregado familiar correspondam a, pelo menos, 90% da totalidade dos rendimentos do agregado familiar;
- A opção seja formulada por ambos os sujeitos passivos ou pelos respectivos representantes legais.

Deverão ser assinalados os campos 9 e 11 e assinalado no campo 12, o total dos rendimentos do agregado familiar obtidos no estrangeiro e no campo 13, o código do país da residência fiscal.

## 2. ANEXO A

### **Quadros 4A - (Rendimentos/Retenções/Contribuições Obrigatórias) e 4B (Quotizações Sindicais e Outras Deduções)**

Procedeu-se a uma alteração estrutural do Anexo A com o objectivo de melhorar o pré-preenchimento e simplificar o seu preenchimento em papel, que se consubstanciou no desdobramento do Quadro 4, nos Quadros 4A e 4B, que passaram a conter a informação que, anteriormente, se encontrava nos Quadros 6 e 7, que deixaram de fazer parte do Anexo.

Por força desta alteração deixou de constar expressamente a identificação da natureza dos rendimentos e dos encargos, passando tais valores a ser indicados através de **códigos**, os quais se encontram descritos em duas tabelas inseridas nas respectivas instruções de preenchimento: uma com os **códigos dos rendimentos** e outra com os **códigos dos encargos**.

Havendo dissolução da sociedade conjugal por óbito de um dos cônjuges, a indicação dos rendimentos e encargos do cônjuge falecido, no ano do óbito, passa a ser realizada nos quadros 4A e 4B, através da utilização do código F (falecido) como titular.

#### **Quadro 5 - Rendimentos de Anos Anteriores Incluídos no Quadro 4**

Tendo em conta que existem códigos para identificar os rendimentos da categoria A e da categoria H, de acordo com a tabela inserida nas instruções do quadro 4A, procedeu-se à reestruturação do quadro 5 no sentido dos rendimentos de anos anteriores passarem também a ser indicados através desses códigos.

### **3. ANEXO B**

#### **Quadro 4A - Rendimentos Empresariais e Profissionais**

Foram criados os campos 421 e 422 de forma a individualizar os rendimentos de capitais e prediais imputáveis à categoria B, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do CIRS.

Tais rendimentos, passam a ser sempre inscritos com a qualificação originária prevista, respectivamente, nos artigos 5.º e 8.º do Código do IRS, independentemente de serem tributados na categoria B por serem atraídos a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais

Esta alteração do procedimento declarativo da declaração modelo 3 foi acompanhada com idêntica alteração à declaração modelo 10, de acordo com a qual, os rendimentos de capitais e prediais passam a ser sempre inscritos com a qualificação originária prevista.

#### **Quadro 4D – Alienação de Direitos Reais Sobre Bens Imóveis**

No sentido de aperfeiçoar a informação a prestar pelos contribuintes no que respeita à transmissão onerosa de imóveis foi alterado o quadro 4D passando a constar a identificação matricial dos imóveis alienados, através da criação dos campos 430 a 432, permitindo à Administração Fiscal o controlo dos valores declarados com a declaração Modelo 11 e com os valores definitivos considerados para efeitos de IMT, sem necessidade de solicitar esclarecimentos adicionais aos titulares dos rendimentos.

#### **4. ANEXO C**

##### **Quadro 14 – Alienação de Direitos Reais Sobre Bens Imóveis**

Pelas razões apontadas a respeito do Quadro 4D do Anexo B foram criados no Anexo C, Quadro 14, os campos 1401 a 1404, que permitem a identificação matricial dos imóveis alienados.

##### **Quadro 15 – Rendimentos Imputáveis a Actividade Geradora de Rendimentos da Categoria B**

Pelas razões apontadas a respeito do Quadro 4A do Anexo B foram criados no Anexo C, Quadro 15, os campos 1501 e 1502, destinados à identificação dos rendimentos prediais e de capitais imputáveis a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais incluídos no campo 1202.

#### **5. ANEXO D**

##### **Quadro 4 – Imputação de Rendimentos e Retenções**

###### **Campos 401 a 403 e 431 a 432**

A alteração do n.º 1 do art. 20.º do Código do IRS, introduzida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009), no âmbito do regime de transparência fiscal, veio determinar que, sempre que o valor das importâncias pagas ou colocadas à disposição do sócio, a título de adiantamento por conta de lucros seja superior ao valor resultante da imputação efectuada nos termos e condições referidos no artigo 6.º do Código do IRC, será esse o valor a considerar para efeitos de tributação.

Face a esta nova alteração foram inseridas duas novas colunas agregadas, sendo a primeira destinada à indicação dos valores correspondentes a adiantamentos por conta de lucros, pagos ou colocados à disposição no ano a que se refere a declaração e uma outra destinada à indicação dos valores correspondentes aos ajustamentos previstos no n.º 5 do referido artigo 20.º do CIRS, por forma a evitar uma eventual dupla tributação.

##### **Quadro 5 – Discriminação por Actividades**

Existindo a necessidade de se conhecerem os rendimentos ilíquidos proporcionais aos valores imputados, para efeitos de aplicação da exclusão de tributação dos rendimentos

agrícolas, silvícolas ou pecuários, conforme prevê o n.º 4 do art. 3.º do Código do IRS, foram inseridos dois novos campos (504 e 508) destinados à indicação desses valores.

## **6. ANEXO E**

### **Instruções de preenchimento**

#### **Quadro 4B – Opção de Englobamento de Rendimentos (código E6)**

Com o objectivo de agregar no mesmo código os rendimentos sujeitos a retenção na fonte à taxa de 10% foi desdobrado o código E3 e criado o código E6.

Assim, o código E6 inclui, para além dos rendimentos de unidades de participação em fundos de capital de risco e de fundos de investimento imobiliário afectos à exploração de recursos florestais previstos, respectivamente, no n.º 2 dos artigos 23.º e 24.º do EBF, que anteriormente faziam parte do código E3, os rendimentos provenientes de unidades de participação em fundos de investimento que tenham como activos bens imóveis sujeitos a acções de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana, previstos no n.º 2 do artigo 71.º do EBF, aditado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009).

## **7. ANEXO F**

#### **Quadro 4 – Rendimentos Englobados (Coluna Despesas)**

Com a criação do regime de Incentivos à Reabilitação Urbana previsto no artigo 71.º do EBF, aditado pelo artigo 99.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, passou a ser necessário conhecer as despesas de manutenção e de conservação, bem como os respectivos impostos autárquicos, tal como se encontram previstos no artigo 41.º do Código do IRS, por cada um dos imóveis indicados nos campos 401 a 456, pelo que foi criada uma nova coluna (Despesas), por forma a conhecer o rendimento líquido dos prédios, base para a tributação autónoma à taxa de 5%.

#### **Quadro 5 – Imóveis Recuperados ou Objecto de Acções de Reabilitação (Novo)**

O regime de Incentivos à Reabilitação Urbana previsto no artigo 71.º do EBF prevê no seu n.º 6 que os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS, residentes em território português, sejam tributados autonomamente à taxa de 5%, com possibilidade de opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis situados em áreas de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respectivas

estratégias de reabilitação ou de imóveis arrendados passíveis de actualização faseada das rendas nos termos do art. 27.º e seguintes do NRAU, que sejam objecto de acções de reabilitação.

Assim, para efeitos desta tributação autónoma, os prédios, cujos rendimentos constam no Quadro 4, que beneficiam deste regime devem ser identificados no Quadro 5.

Os campos 1, 2, 3, 4 e 5 destinam-se à identificação dos campos do Quadro 4 onde foram mencionados imóveis que beneficiam deste regime.

Os campos 6 e 7 destinam-se a declarar, respectivamente, a opção pelo englobamento ou pela tributação autónoma dos referidos rendimentos.

## **8. ANEXO G**

### **Quadro 4A – Alienação Onerosa de Direitos Reais Sobre Bens Imóveis e Afectação de Bens Imóveis a Actividade Empresarial e Profissional**

O Regime de Incentivos à Reabilitação Urbana consagrado no artigo 71.º do EBF, prevê no seu n.º 5, que as mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa autónoma de 5%, com possibilidade de opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em áreas de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação.

Assim, para efeitos da referida tributação autónoma, os campos 1, 2, 3, 4 e 5 destinam-se à identificação dos campos do quadro 4 onde foram mencionados imóveis que beneficiam deste regime.

Os campos 6 e 7 destinam-se a declarar, respectivamente, a opção pelo englobamento ou pela tributação autónoma dos referidos rendimentos.

### **Quadro 4B**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRS, os ganhos resultantes da afectação de quaisquer bens do património particular a actividade empresarial e profissional, constituem mais-valias sujeitas a IRS na categoria G.

Tratando-se de bens imóveis, as mais-valias devem ser declaradas no Quadro 4 e, nos restantes casos, no Quadro 4B.

## **9. ANEXO H**

### **Instruções de Preenchimento**

#### **Quadro 7 - Deduções à Colecta e Benefícios Fiscais**

##### **Código 732**

Para além das importâncias suportadas a título de renda ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 85.º do CIRS, o código 732 passou a abranger as importâncias suportadas pelos arrendatários dos imóveis dos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional em resultado da conversão de um direito de propriedade de um imóvel num direito de arrendamento conforme o disposto no n.º 5 do art. 8.º do regime aprovado pelo artigo 102.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009).

##### **Código 736**

Criou-se um novo código para declarar as deduções à colecta correspondentes aos encargos suportados pelo proprietário com a reabilitação urbana de imóveis, os quais devem ser identificados no quadro 814 do anexo H, para dar cumprimento ao n.º 4 do artigo 71.º do EBF, aditado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009).

#### **Quadro 8 – Saúde/Educação/Lares/Energias Renováveis**

##### **Campo 809**

A alteração introduzida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (OE/2009), ao n.º 2 do artigo 85.º do Código do IRS, com o aditamento de uma alínea b), determinou a necessidade de prever a dedução das importâncias despendidas com a aquisição de veículos sujeitos a matrícula exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, que beneficiam de dedução à colecta em conjunto com as importâncias despendidas com os equipamentos previstos na alínea a).

##### **Campo 814**

Passa a abranger a discriminação dos encargos mencionados com o código 736 para além dos mencionados com o Código 731, tal como se indica.



Código 731 – Deve proceder-se à identificação matricial do imóvel e assinalar-se se o mesmo se destina a habitação permanente do titular das despesas, ou, no caso de estar arrendado, se esse arrendamento se destina a habitação permanente do arrendatário, devendo, neste caso, proceder-se à identificação do arrendatário, sendo que, em qualquer dos casos, deve assinalar-se, por último, se o imóvel possui a classificação energética A ou A+.

No que respeita aos encargos indicados com o código 731 e situando-se o imóvel, destinado a habitação própria e permanente, no território de outro Estado membro da União Europeia ou no Espaço Económico Europeu desde que, neste último caso exista intercâmbio de informações, deve ser indicado o código do respectivo país.

Código 736 – Caso se esteja perante encargos relacionados com acções de reabilitação urbana deve, apenas, proceder-se à identificação matricial do respectivo imóvel.

## 10. ANEXO I

As alterações introduzidas ao n.º 2.º do artigo 73.º do Código do IRS, pela Lei n.º 64-A/2008, de 5 de Dezembro, foram reflectidas apenas no Anexo I, destinado ao cumprimento da obrigação declarativa por via electrónica, nos termos da Portaria n.º 333-A/2009, de 1 de Abril, pelo que se procede agora à alteração do impresso para o cumprimento da obrigação declarativa em papel.

## 11. ANEXO J

### **Quadro 5 – Contas de Depósitos ou de Títulos Abertos em Instituição Financeira não Residente em Território Português**

Procedeu-se à adaptação do quadro por forma a dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 63.º-A da Lei Geral Tributária, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, que determina a obrigação de os sujeitos passivos de IRS declararem as contas de depósitos ou de títulos abertas em instituições financeiras não residentes em território português, as quais devem ser identificadas através dos seguintes elementos:

IBAN – International Bank Account Number (número internacional de conta bancária – máximo 34 caracteres;

BIC – Bank Identifier Code (código de identificação do banco – máximo 11 caracteres).



Com os melhores cumprimentos,

O Subdirector-Geral,

---

Manuel Sousa Meireles